

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.470.507 - BA (2019/0083921-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : AIDE COUTO FERREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO EM CONEXÃO COM FRAUDE PROCESSUAL (ARTS. 121, § 2.º, INCISO IV, E 347, AMBOS DO CÓDIGO PENAL). PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA SOB ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. ENUNCIADO N.º 7 DO STJ. ARGUIÇÃO DE ATIPICIDADE DO CRIME CONEXO. PRESENTE A JUSTA CAUSA, COMPETE AO CONSELHO DE SENTENÇA A APRECIACÃO DO FATO. ENUNCIADO N.º 568 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por AIDÊ COUTO FERREIRA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia que inadmitiu recurso especial manifestado contra acórdão prolatado no Recurso em Sentido Estrito n.º 0300809-76.2014.8.05.0141.

Consta dos autos que a Agravante foi denunciada pela suposta prática de homicídio, por desferir golpe de faca na região torácica da Vítima (com quem mantinha relacionamento amoroso). Em seguida, supostamente arrastou o corpo da Vítima até um terreno próximo e limpou toda a casa.

Ao final da primeira fase do rito especial do Júri, foi proferida pronúncia para admitir a inicial acusatória, considerando a Agravante como incurso no art. 121, § 2.º, inciso IV, c.c. o art. 347, ambos do Código Penal (fl. 168).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal de origem deu provimento para determinar a devolução dos autos ao Juiz sumariante para que fosse prolatada nova pronúncia devidamente fundamentada (fls. 234-244).

Cumprida a determinação, após nova pronúncia que manteve a

admissibilidade da imputação ministerial como homicídio qualificado e de fraude processual, sobreveio novo recurso em sentido estrito, ao qual a Corte local negou provimento (fls. 329-341).

Daí o presente recurso especial, interposto com respaldo no art. 105, inciso III, alínea *a* da Constituição da República, por meio do qual a Defesa busca a absolvição sumária em relação à imputação de homicídio qualificado, sob o argumento de legítima defesa (fl. 351), bem como o reconhecimento da atipicidade da imputação de fraude processual (fl. 355).

Contrarrazões apresentadas (fls. 363-373).

A Corte de origem não admitiu o recurso especial, motivo pelo qual subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça por intermédio do presente agravo, em que a Agravante pugna pelo acolhimento da insurgência, a fim de que seja admitido e provido o recurso excepcional.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo em recurso especial ou, acaso conhecido, pelo seu desprovimento (fls. 414-415).

É o relatório.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou o fundamento da decisão recorrida, razão pela qual comporta conhecimento. Todavia, o recurso excepcional deve ser parcialmente conhecido, tendo em vista **o necessário reexame fático para acolher a tese de legítima defesa.**

Há muito, é dominante no Superior Tribunal de Justiça que, no rito especial do Júri, na fase de pronúncia, aplica-se a regra probatória do *in dubio pro societate*, uma vez que compete ao Conselho de Sentença se manifestar sobre o mérito da ação penal dos crimes dolosos contra a vida, limitando-se o Juiz sumariante à prova da materialidade e aos indícios suficientes de autoria ou participação.

Em relação à tese de absolvição sumária, no exame do crime, formalmente considerado, o reconhecimento do fato típico produz indícios de ilicitude. E essa presunção, *iuris tantum*, inverte o ônus da prova no que diz respeito às discriminantes, competindo à defesa provar seus requisitos.

Superior Tribunal de Justiça

Ao término da primeira fase do rito especial do Júri, uma das possibilidades do Juiz sumariante é a absolvição sumária, segundo o art. 415 do CPP, *in litteris*:

"Art. 415, CPP: O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:

I – provada a inexistência do fato;

II – provado não ser ele autor ou partícipe do fato;

III – o fato não constituir infração penal;

IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV do caput deste artigo ao caso de inimizabilidade prevista no caput do art. 26 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, salvo quando esta for a única tese defensiva."

Considerando ser questão que envolve o mérito da ação penal, julgando improcedente a pretensão punitiva do Estado, e, pela dúvida, não militar em favor do acusado nessa fase do procedimento especial, exige-se um juízo de certeza para absolver sumariamente.

O Tribunal *a quo*, por unanimidade de votos, afastou a alegação de legítima defesa nos seguintes termos (fls. 335-339; sem grifos no original):

"Nessa esteira, verifica-se que no caso em comento, a materialidade do delito, prevista no art. 121, caput, do CPB, restou indubitavelmente comprovada através do Laudo de Exame de Necropsia, acostado às fls. 51/53 do feito, que atestou que o óbito da vítima deu-se em razão de 'anemia aguda secundária hemorrágica torácica' provocado por instrumento 'perfuro inciso'.

No tocante a autoria, os elementos probatórios carreados aos autos demonstram a existência de suficientes indícios da autoria delitiva, considerando, especialmente, os depoimentos das testemunhas, produzidos sob o crivo dos princípios do contraditório e da ampla defesa, e da acusada, que confessou ter golpeado mortalmente a vítima, em todas as oportunidades em que foi ouvida, inclusive quando interrogada em juízo [...]

Em que pese a acusada ter alegado que golpeou a vítima em legítima defesa durante uma luta corporal, devido a uma discussão, tal hipótese só pode ser objeto de absolvição sumária quando sobre ela não pairar qualquer dúvida, eis que constitui medida excepcional. Requerendo, portanto, convencimento absoluto do Magistrado, por importar em supressão da competência constitucionalmente atribuída ao Tribunal do Júri.

[...]

Entretanto, impende registrar que, conforme atestado no Laudo de Pericial Criminal n.º 2014 09 PC 000630 01 (fls. 36/48), não foram encontradas lesões de defesa no corpo da vítima, assim como, segundo o depoimento narrado em juízo pelo Policial Militar Carlos Geovane Barreto Barros que atendeu a ocorrência no dia do fato, a acusada estava visivelmente embriagada e não apresentava lesões aparentes, dados que não contribuem com a tese de legítima defesa ventilada por ela e destituída de qualquer prova, senão a sua palavra, impossibilitando o seu acolhimento."

Como se vê, o Tribunal *a quo* além de fundamentar a prova da materialidade em laudo cadavérico, também fundamentou os indícios suficientes de autoria na confissão qualificada da Ré e em depoimentos obtidos em juízo, afastando a alegação de legítima defesa diante da ausência de provas defensivas, e com base no laudo pericial que não descreveu lesões de defesa no corpo da Vítima, além do depoimento do policial responsável pela ocorrência no dia dos fatos imputados, no sentido de que a Ré não apresentava lesões aparentes, de modo que o mérito da ação penal deverá ser submetido ao Conselho de Sentença.

Desse modo, **para acolher a tese de absolvição sumária e desconstituir a conclusão do Tribunal de origem, que pronunciou a Ré, seria inevitável reexaminar o arcabouço probatório**, desiderato esse incabível nesta via, conforme o Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte, do seguinte teor: "*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*"

Nesse sentido, cito o seguinte jugado:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E LESÃO CORPORAL GRAVE. PRONÚNCIA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA POR EXCLUDENTE DE ILICITUDE. LEGÍTIMA DEFESA. VERIFICAÇÃO QUE IMPLICA REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7 DO STJ AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A pretensão de absolvição sumária por excludente de ilicitude demanda necessariamente a revisão das circunstâncias fáticas da causa, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 949.667/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA,

julgado em 17/11/2016, DJe 25/11/2016; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA, DE MATERIALIDADE E DAS QUALIFICADORAS. IMPRONÚNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULA 83/STJ. ACÓRDÃO FUNDADO NOS ELEMENTOS PROBATÓRIO DOS AUTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra desconstituir os fundamentos da decisão atacada.

2. Inexistindo dúvida quanto à ausência de indícios da qualificadora, não há falar em aplicação do princípio do *in dubio pro societate*.

3. **É assente que cabe ao aplicador da lei, em instância ordinária, fazer um cotejo fático e probatório a fim de analisar a existência de provas suficientes para absolver sumariamente, pronunciar, desclassificar, ou ainda, impronunciar o réu, porquanto é vedado na via eleita o reexame de fatos e provas.** Súmula 7/STJ (AgRg no AREsp n. 683.092/MT, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 10/6/2015).

4. **Agravo regimental improvido.**" (AgRg no REsp 1.388.381/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 03/08/2015; sem grifos no original.)

Lado outro, **no que diz respeito à alegação de atipicidade do crime de fraude processual (art. 347 do CP)**, anoto que a *"remansosa jurisprudência desta Corte Superior reconhece a competência prevalente do Tribunal do Júri na hipótese de conexão entre crimes dolosos contra a vida e crimes não dolosos contra a vida."* (CC 147.222/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017).

Aliás, assim dispõe o art. 78, inciso I, do Código de Processo Penal, *litteris*:

"Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri; [...]"

No ponto, ao submeter à apreciação do Conselho de Sentença o delito de fraude processual, o Tribunal de origem lançou a seguinte fundamentação (fls. 338-339):

"Igualmente, milita em desfavor da acusada, o quantum apurado no exame pericial que constatou na sala do imóvel: a presença de gotas de sangue seco, em formato circular, típicas de precipitação retilínea, com o indivíduo parado; na soleira da porta da fachada: 'marcas de sangue, em formato de arrastamento de corpo inerte'; e no passeio: 'mancha de sangue, em forma de uma pequena poça (escorrimento por efeito da gravidade)' que decorre da perda contínua de sangue de vítima imóvel; apontando que a dinâmica do evento ocorreu de forma distinta do alegado por ela em juízo. O laudo acrescenta ainda que 'todo o piso interno do imóvel encontrava-se úmido e com odor de detergente, denotando ter sido lavado recentemente', cena que a irmã da vítima também alegou, em sede inquisitorial, ter presenciado, o que denota indícios de que houve alteração no referido local do crime.

Ressalte-se que tais fatos evidenciam a materialidade do ilícito de fraude processual, consagrado no parágrafo único do art. 347, do CPB, pelo qual também foi pronunciada por força da conexão entre os crimes, e que o conjunto de elementos probantes coligidos ao feito sugerem a acusada enquanto autora do delito, cujo propósito é tão somente induzir a erro tanto os peritos quanto a autoridade judiciária, razões que justificam a sua pronúncia também por este crime, ao menos a princípio."

Com efeito, na hipótese em apreço, em que se reconheceu a competência do Tribunal do Júri para julgamento do suposto homicídio qualificado, o delito de fraude processual, conexo, também deverá ser analisado pelo Juiz natural dos crimes dolosos contra à vida. Destarte, o crime conexo só pode ser afastado quando sobreleva a falta de justa causa, o que não é o caso dos autos, pois evidenciada a materialidade e os indícios de autoria, com escoro em exame pericial e depoimento da irmã da Vítima.

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. CRIME CONEXO. LESÃO CORPORAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. NÃO REMESSA AO CONSELHO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

2. A decisão de pronúncia de delito da competência do Tribunal do Júri acarreta a submissão do crime conexo à apreciação do conselho de sentença, ressalvada a hipótese da falta de justa causa

em relação ao delito conexo, como ausência da materialidade do fato ou de indícios de autoria. Precedentes.

3. *Agravo regimental a que se nega provimento.*" (AgRg no REsp 1.693.713/GO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO, OCULTAÇÃO DE CADÁVER E FRAUDE PROCESSUAL. PRONÚNCIA. CRIME CONEXO. ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. IMERSÃO VERTICAL. VALORAÇÃO CRÍTICA DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

[...]

4. *Incorre, pois, em ofensa ao art. 78, I, do Código de Processo Penal e à consolidada jurisprudência desta Corte Superior a decisão unipessoal ou, como in casu, o acórdão que, para absolver sumariamente ou impronunciar o acusado da prática de crime de fraude processual conexo a crime(s) doloso(s) contra a vida, arrimado na incidência do princípio da consunção, imerge verticalmente sobre os elementos de prova produzidos nos autos.*

5. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no REsp 1.686.864/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 08/11/2018)

Portanto, aplica-se, quanto à submissão do crime conexo à apreciação do Conselho de Sentença, o disposto no Enunciado n.º 568 desta Corte, do seguinte teor: "[o] relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema."

Ante o exposto, CONHEÇO DO AGRAVO para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora